

A POLIFONIA EM GÊNERO ESCOLAR DE LEITURA DA DÉCADA DE 50

Raimunda Dias DUARTE
Universidade Federal do Pará
rayduart@ufpa.br

Laura Maria Silva Araújo ALVES/UFPA
Universidade Federal do Pará
laura_alves@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a polifonia no livro didático ‘Primeiro Guia de Leitura’, da série ‘Ler’, publicado em 1956. Para isso, busca-se fazer um levantamento histórico dos livros de leitura no Brasil, focalizando a classificação, a função, os tipos, os gêneros¹ e os modelos desses livros didáticos; investigar o contexto sócio-histórico e político da década de 50 e analisar as ideologias presentes no referido gênero por meio da polifonia. A pesquisa está ancorada na vertente teórica da análise do discurso, baseada nos postulados de Mikhail Bakhtin. A metodologia empregada é a histórico-documental, cujos dados são analisados do ponto de vista discursivo. A asserção inicial é de que a produção didática da década de 50 constituiu um instrumento de controle do Estado Brasileiro. Os dados revelam que os discursos construídos no gênero o são a partir de discursos que legitimam, nas relações de poder, as ideologias dominantes. Os dados comprovam a tese de Bakhtin de que os discursos são atravessados por outros discursos, posto que, o gênero analisado trata de categorias muito presentes na Era Vargas (1930 a 1945), tais como ‘trabalho’ e ‘patriotismo’.

Palavras-chave: livro escolar de leitura; análise do discurso; polifonia; ideologia.

1. Considerações iniciais

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a polifonia em um livro escolar de leitura de 1956 da série Ler, intitulado ‘Primeiro Guia de Leitura’. Para isso, pretende-se fazer um levantamento histórico dos livros de leitura no Brasil, investigar o contexto sócio-histórico e político da década de 50 e analisar as diferentes vozes presentes no gênero². A orientação teórico-metodológica está ancorada na análise do discurso, baseada nos postulados de Mikhail Bakhtin, situando a pesquisa como histórico-documental.

O trabalho está dividido em quatro partes: na primeira parte é feito um breve histórico sobre os livros de leitura no Brasil, focalizando a classificação, a função, os tipos, os gêneros e os modelos desses livros didáticos; na segunda parte, é apresentado o panorama sócio-histórico e político do Brasil da década de 50; na terceira parte, são feitas algumas reflexões sobre a teoria que fundamenta o trabalho, qual seja, o dialogismo bakhtiniano e, por último, é feita a análise discursiva do livro, orientada para as categorias ‘trabalho’ e ‘pátria’.

¹ Gênero, nesta concepção, não a mesma preconizada por Bakhtin.

² Gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados” que estão vinculados a situações típicas da comunicação social (BAKHTIN, 2010, pág. 262).

2. O livro de leitura no Brasil

2.1. Breve histórico

Até meados do século XIX, a escolarização não era obrigatória no Brasil. Logo, o número de escolas era muito restrito. Os processos educativos, geralmente se davam em lugares improvisados, muitos totalmente inadequados para esse fim: fazendas ou engenhos, salas sem higienização, escuras, com pouca ventilação, a própria casa das pessoas que eram destinadas para ensinar, em que o espaço de ensino se misturava com a sala de jantar, a cozinha etc. O material usado para o ensino da leitura era, geralmente, documentos de cartório, cartas pessoais que as próprias famílias das crianças muitas vezes forneciam aos professores e, em muitos casos, o código criminal e a Bíblia Sagrada. Portanto, não havia um material didático destinado ao ensino da leitura.

É só a partir da segunda metade do século XIX que a escola é institucionalizada, no Brasil, como principal espaço social destinado à educação. São criados, então, os grupos escolares, instituições destinadas ao ensino primário, com uma forma de ensino inovadora em que as crianças são divididas por série, de acordo com sua faixa etária e nível de conhecimento. Passa-se a empregar, também, o método simultâneo em que as crianças classificadas por série recebem os mesmos estudos, no mesmo espaço, por meio dos mesmos livros e deveres. Nesse contexto, surgem no Brasil os livros de leitura destinados especificamente às séries iniciais da escolarização.

Batista et al. (2002) aponta dois marcos importantes relacionados à produção dos livros de leitura no Brasil, os quais “sinalizam um período, relativamente estável e uniforme, de construção, consolidação e transformação do livro escolar de leitura, marcado por sua nacionalização e pelo surgimento de novos modelos de livros de leitura”: o primeiro se refere à publicação, a partir de 1866, de uma série de livros de autoria de Abílio César Borges. Esses livros foram considerados inovadores, cujo *Primeiro Livro*, “destinado ao aprendizado inicial da leitura e da escrita, poderia substituir as cartilhas grosseiras ou os materiais manuscritos” (BATISTA et al., 2002). O outro marco se refere à publicação de Lourenço Filho da série *Pedrinho e seus amigos*, iniciada em 1956. Essa série “renova os padrões do livro escolar de leitura” (BATISTA et. al, 2002)³.

2.2. Classificação dos livros de leitura

Batista et. al (2002), ao fazerem um levantamento em Minas Gerais e Pernambuco sobre os livros de leitura, classificaram-nos de acordo com sua função, tipo, gênero e modelo. Faremos breves considerações sobre cada uma dessas características.

2.2.1. Função

De acordo com sua função no trabalho pedagógico, os livros de leitura podem ser distribuídos em: manuais e paraescolares. Os manuais são aqueles ditos por Choppin (1992, apud BATISTA et. al., 2002) de utilitários da sala de aula, posto que “são concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar”. Esses manuais estão a serviço de uma disciplina específica e se destinam a uma determinada série. Eles Possuem um programa bem definido dividido em lições ou unidades.

Ainda Choppin (1992, apud BATISTA et. al., 2002), ao tratar dos livros paraescolares explica que a função deles é “resumir, intensificar ou aprofundar o conteúdo educativo transmitido pela instituição escolar”. Trata-se de obras que servem como auxiliares da aprendizagem, por isso, são de uso facultativo. Eles são o que convencionamos chamar, hoje, de livros paradidáticos.

³ Ver 2.2.4

2.2.2. Tipo

Os autores encontraram dois grandes tipos de livros escolares: as séries graduadas e os livros isolados. Os primeiros, destinados às séries iniciais, são coleções de 4 ou 5 livros, um para cada série, incluindo algumas vezes a alfabetização ou uma outra série, e assumem a função de manuais. Cumpre observar que é esse tipo de livro o que efetivamente se consolidou como livro escolar por excelência porque estava de acordo com o que o sistema escolar brasileiro adotou como modelo de ensino, a saber, a divisão por série e o ensino simultâneo⁴, assumindo, desta forma, a função de manual.

O segundo tipo de livros escolares, os chamados livros isolados, se constitui de títulos caracterizados de livros de leitura recreativa, posto que, não está claramente definida nas obras a sua destinação para as atividades de sala de aula.

2.2.3. Gêneros

No acervo levantado por Batista et. al. (2002), os autores encontraram quatro grandes gêneros de livros: narrativas, antologias, compêndios e cadernos de atividades. As obras que se desenvolvem por meio de esquema narrativo ficcional, com conteúdos instrutivos, morais e cívicos e religiosos, são classificadas como sendo do gênero narrativas. As antologias, também chamadas de seletas, são coletâneas de textos, geralmente, mais curtos, de diferentes autores brasileiros e portugueses e até dos próprios autores dos livros didáticos. Os compêndios constituem um conjunto de conteúdos diversos expostos didaticamente, todos organizados de forma progressiva, destinados a diferentes áreas. Por último, os cadernos de atividades são obras que possuem vários componentes: leitura, conteúdos gramaticais, exploração do vocabulário, estudos do texto, redação. Por sua diversidade de atividades, em vez de chamar essas obras de livros de leitura, convencionou-se chamá-las de livro de língua materna.

2.2.4. Modelo

Os pesquisadores apresentam cinco grandes modelos⁵ de livros de leitura: a) modelo de leitura manuscrita, b) modelo instrutivo, c) modelo formativo, d) modelo retórico-literário e e) modelo autônomo.

a) Livros de leitura manuscrita ou paleógrafos

São antologias de textos manuscritos, cuja redação apresenta diferentes caligrafias. Batista et. al. (2002) analisam dois títulos: o *Curso graduado de letra manuscrita*, publicado pela Garnier, em 1872, e o *Leitura manuscrita; lições coligidas*, de BPR, publicado, a partir de sua 9ª edição, em 1909, pela Francisco Alves. Há dois princípios nos quais se assentam as obras: os textos selecionados trazem conteúdos que enfatizam valores cívicos e morais e a disposição dos textos obedece a uma progressão de letras, das mais fáceis às mais difíceis. Neste sentido, a atividade de leitura está estritamente relacionada à transmissão de valores e ao desenvolvimento de fluência em leitura de textos produzidos com diferentes caligrafias.

⁴ Estes conceitos já foram explicados no item 2.1.

⁵ “Entende-se por ‘modelos’ de livros construções abstratas – que, portanto, não se identificam aos livros mesmos – que permitem descrever princípios de didatização da leitura postos em funcionamento na produção dos livros” (BATISTA et. al., 2002).

b) Livros de leitura instrutivos ou enciclopédicos.

O conteúdo pedagógico desses modelos de livros trás em seu bojo um conjunto de conteúdos instrutivos (ciências, geografia, história, corpo humano etc.) Nesse modelo, encontra-se a série graduada de leitura.

c) Livros de leitura formativos

Esse modelo está focado na transmissão de valores, voltados para a formação do caráter da criança. Os conteúdos utilizados nos textos são de cunho moral e cívico.

d) Livros de leitura retórico-literários

Esse modelo se compõe de coletânea de textos de natureza literária e retórica. As 'Seletas' são produzidas com esse perfil. Embora esse modelo tenha sido muito usado no ensino secundário, há livros destinados ao ensino primário que apresentam esse tipo de organização.

e) Livros de leitura autônomos

Nesse modelo, a leitura parece desvincular-se de determinados conteúdos e ganha autonomia. As obras trazem muitas inovações na apresentação gráfica, no planejamento dos conteúdos e na especificação dos objetivos de ensino por série. A série graduada dos livros de leitura *Pedrinho*, de Lourenço Filho, publicado em 1956, é o marco desse modelo e passa a influenciar produções posteriores.

a ênfase do livro está num conjunto de habilidades discretas de leitura e não nos conteúdos dos textos. Assim, toda a série graduada é apresentada por meio de objetivos de ensino correspondentes a habilidades de leitura (BATISTA et. al., 2002).

Toda a classificação dos livros de leitura ora mostrada está baseada nos impressos e na legislação educacional mineira e pernambucana. Cabe fazer um estudo sobre os livros de leitura do Pará para comparar com os trabalhos desenvolvidos em Minas Gerais e Pernambuco. Por exemplo, o paleógrafo produzido por Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, autor paraense, trás algumas especificidades relacionadas ao contexto sócio-histórico da região. Por ora, essa questão não será tratada. Especificidades à parte, há uma necessidade de situar sócio-historicamente o livro de leitura a ser analisado neste trabalho. É o que será feito a seguir.

3. Panorama sócio-histórico e político do Brasil na década de 50: algumas considerações

A configuração sócio-histórica e política do Brasil da década de 50 está relacionada a dois momentos importantes: A Era Vargas (Estado Novo), de 1930 a 1945 e o Nacional-Desenvolvimentismo, de 1945 a 1964.

Falando desses dois momentos, Andreotti (2006) defende que

os anos de 1930 e 1940, período de expansão industrial e de urbanização, apresentaram inúmeras regulamentações, que deram um caráter orgânico à educação do país. De 1945 até 1961, período identificado como a segunda fase de industrialização e de ajuste do país ao desenvolvimento econômico mundial, assiste-se a uma ampla discussão sobre a necessidade de se criar uma legislação nacional com diretrizes para todos os graus ou áreas de ensino, discussão que envolveu vários setores da sociedade e acabou por desembocar na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961.

No que diz respeito às regulamentações na área da educação, Andreotti (2006) revela que na década de 40, Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, cria as Leis Orgânicas do Ensino, cuja reforma educacional “estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI”.

A legislação criada propõe uma formação escolar cujo foco central é o patriotismo. No texto abaixo, Gustavo Capanema fala do sentimento patriótico que deve nortear o ensino secundário. É importante notar que esse sentimento também transparece nos livros didáticos produzidos para o ensino primário. Veja o que o político revela:

o ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, dos ideais da nação e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino. (*apud* Andreotti, 2006).

O fim da segunda guerra mundial, em 1945, com a vitória das forças aliadas, lideradas pelos Estados Unidos, sobre as forças nazi-facistas, acelerou o fim do regime de ditadura do Estado Novo (1937-1945). Getúlio Vargas foi deposto e uma nova fase de redemocratização foi percebida no país. Era o início da “Guerra Fria”, político-econômico-ideológica entre o capitalismo, cujo maior expoente eram os EUA, e o socialismo, liderado pela URSS. Começa o período chamado de Nacional-Desenvolvimentismo.

O Brasil tinha um papel importante na política da América Latina, por isso, se tornou refém da “guerra fria”, principalmente com as imposições dos Estados Unidos pressionando o país a posicionar-se contra o comunismo. Nesse período, os debates relativos à educação se centravam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os quais receberam forte influência das ideologias americanas. “Embora persistindo a apologia à democracia e à liberdade, seus limites e contornos eram dados pelo anticomunismo” (BUFFA; NOSELLA, 1991, *apud* NASCIMENTO, s/d).

O populismo, o nacionalismo e o desenvolvimentismo, que caracterizaram o Estado Novo, ainda movimentavam a política nacional. Inclusive, o populismo continuou sendo o instrumento usado pelas classes dominantes para controlar e mobilizar as massas em seu favor.

Após a segunda guerra mundial, houve a reconstrução de muitos países, o que provocou uma fase de crescimento da economia mundial na chamada “era de ouro”, estabelecendo-se o “Estado de Bem Estar Social”. Com isso, o capital passou por um amplo processo de internacionalização.

A entrada do capital no Brasil promoveu a industrialização, modernizou a produção, o que fez com que a população rural migrasse para os centros urbanos. As desigualdades sociais provocadas, entre outras coisas, pelo êxodo rural, incentivaram a organização de movimentos que lutavam por reformas de base a fim de que fossem reduzidas as enormes diferenças de condições de vida entre as classes sociais.

A Constituição da República promulgada em 1946, e inspirada na ideologia liberal-democrática, fez com que o Governo encaminhasse para o Congresso uma proposta da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que só foi regulamentada depois de treze anos, após acalorada discussão entre os defensores da escola pública e os partidários da escola privada.

A Igreja católica, que representava os conservadores, defendia a escola privada. O grande número de colégios católicos permitiu à igreja atuar intensamente sobre a vida nacional por meio da educação.

Além de interesses de ordem comercial, a igreja também tinha um interesse ideológico, de ordem doutrinária. Entre outras coisas, defendia o ensino particular e a responsabilidade da família no que diz respeito à educação. Então

Urgia aproveitar a oportunidade para, através da cobertura dada ‘pelos direitos da família’, recuperar a influência antes exercida em todo o sistema educacional e – por que não? – na vida mesma da Nação. Para tanto, a Igreja contava com a tradição católica da sociedade brasileira. (NASCIMENTO, s/d).

Com o fim do Estado Novo, em 1945, Eurico Gaspar Dutra foi escolhido Presidente da República. Getúlio Vargas ganha a disputa pela sucessão de Dutra e é eleito em 1951. Com esse retorno, o governo brasileiro tenta recuperar o sentimento nacionalista, que se fortalece no governo de Juscelino Kubitschek (JK), baseado no desenvolvimentismo. Em 1954, Getúlio Vargas se suicidou e foi sucedido por três presidentes: Café Filho, o Vice-Presidente, que adoeceu; Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados e Nereu Ramos, Vice-presidente do Senado. Juscelino Kubitschek foi eleito nas eleições de 1955, tendo assumido o poder em 1956, dando continuidade ao projeto de desenvolvimento econômico iniciado na Era Vargas. A meta de JK era “50 anos em 5” no que diz respeito ao “progresso” nacional, que foi marcado pela entrada da indústria automobilística no Brasil.

Nas décadas de 40 e 50, a legislação ainda preserva a organização “dualista” do ensino, em que há dois sistemas paralelos de educação: um para o povo em geral e um para as elites.

Além da educação, é importante situar também o setor da saúde nesse contexto histórico. Pilignano (s/d), ao discorrer sobre a história da saúde pública no Brasil no Estado Novo, mostra que quando Vargas assume o poder, são efetuadas várias mudanças na estrutura do Estado. Ministérios importantes são criados, tais como: o Ministério do Trabalho, o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde. Em 1939, a Justiça do trabalho é regulamentada e em 1943 é promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As leis trabalhistas regulamentadas criam um contrato capital-trabalho, garantindo, desta forma, direitos sociais do trabalhador. O governo Getúlio Vargas, então, passa a ser sustentado pela massa assalariada urbana, organizada por meio de um regime corporativista.

O autor revela que houve pouco investimento no setor da saúde pública nesse período. Além da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, houve uma pulverização de ações de saúde a diversos setores: em 1942 foi criado um setor de higiene e segurança do trabalho, que passou a vincular-se ao Ministério do trabalho; em 1953, foi criado o Ministério da Saúde e em 1956, o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU), que incorporou serviços nacionais de febre amarela, malária e peste.

Situar o objeto de estudo em seu contexto sócio-histórico e político tem uma importância significativa para a teoria que será tratada a seguir.

4. O dialogismo bakhtiniano: algumas reflexões

O dialogismo bakhtiniano coloca a interação verbal no centro das relações sociais. Portanto, considera o homem como um ser social, concreto, histórico. Neste sentido, defende que a língua não pode ser descolada do sujeito e este da cultura.

Bakhtin, não se posiciona a favor do mundo da teoria, das generalizações, mas do mundo das ações realizadas pelo homem, da historicidade viva, das ações irrepetíveis,

preocupando-se com o evento, com o ato particular, com o singular. Portanto, com já foi dito, este estudioso se volta para o ser humano concreto. É, porém, na contraposição de valores que as ações concretas efetivamente se realizam. Isto significa que o ‘eu’ para se constituir precisa do ‘outro’.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (BAKHTIN, 1988 APUD FIORIN, 2008)

Bakhtin (2010) preconiza que a palavra está impregnada de significado e de sentido. Portanto, numa perspectiva histórica e social, a linguagem e a criação ideológica podem ser apreendidas, considerando-se que o sujeito se forma no conjunto das relações sociais. A concepção ideológica aqui defendida pressupõe que, no discurso, a palavra constitui uma visão de mundo que está em contraponto com outras. Contudo, toda palavra se constitui a partir de outras palavras.

Então, no discurso, onde a palavra possui vida, há sempre uma relação do ‘eu’ com o outro, em que esse ‘outro’ constitui uma posição social expressa no texto (FIORIN, 2008, p. 15). Neste sentido, as relações dialógicas preconizadas por Bakhtin, longe de ser o diálogo face a face, dizem respeito a relações entre posições sociais. Fiorin (2008, p. 19) mostra que “dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados.”

Das categorias utilizadas por Bakhtin, este trabalho se volta para a polifonia, pois os textos a serem analisados neste espaço estão impregnados de muitas vozes.

Polifonia

Clark (1998, p. 261) defende que “o que Bakhtin chama de ‘polifonia’ é simplesmente aquele fenômeno cujo outro nome vem a ser dialogismo”. Contudo, Barros (1996, p. 36) distingue os dois termos: para a estudiosa, dialogismo é o princípio dialógico da linguagem e do discurso e polifonia constitui um tipo de texto em que se deixa perceber o dialogismo, ou seja, o texto em que se percebem muitas vozes, por oposição ao que a autora chama de textos monofônicos, os quais escondem os diálogos que os constituem.

É no contexto ideológico que as múltiplas vozes emergem e se entrecruzam. O sujeito se apropria dessas vozes. Às vezes, dá um tom pessoal a elas. Outras vezes, as reproduz tais qual o discurso do outro. É por isso que Bakhtin preconiza que o enunciado é tecido polifonicamente por fios ideológicos de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras (BAKHTIN, 2009 pág. 42).

O sujeito constitui o seu discurso a partir do discurso do outro. Trata-se de um processo de troca dialógica em que eu vou me conhecer interagindo com o outro. Então, o discurso é atravessado por outros discursos – momento histórico, meio social determinado – por meio de várias vozes cruzadas. Neste sentido, compreende-se que as relações dialógicas podem dar-se numa relação contratual, de convergência, de acordo ou polêmica.

Considerando que o homem é um ser social e, neste caso, a sociedade se divide em grupos sociais, então, pode-se dizer que os enunciados são espaços de luta entre vozes sociais. Cumpre dizer, porém, que numa formação social, as vozes que circulam têm uma dimensão político-ideológica, pois circulam dentro do exercício do poder em que estão em jogo todas as relações de poder.

Segundo FIORIN (2008, p. 30)

Numa formação social determinada, operam o presente, ou seja, os múltiplos enunciados em circulação sobre todos os temas; o passado, isto é, os

enunciados legados pela tradição de que a atualidade é depositária, e o futuro, os enunciados que falam dos objetivos e das utopias dessa contemporaneidade.

Então, pode-se dizer que os enunciados se constituem em relação a enunciados já constituídos (anteriores) e, também em relação àqueles que o sucedem, que se formam depois dele. Neste caso, o discurso solicita uma resposta que ainda não existe.

Bakhtin (1981) defende que no texto articulam-se falas que não são falas do autor (narrador), mas falas de outras pessoas como se o diálogo do autor (narrador) não pertencesse só a ele mas a várias outras pessoas, e é justamente nisto que se constitui o princípio da polifonia. Considerando que o enunciado revela sempre duas posições, a sua e aquela à qual se opõe, “a relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se do ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais” (FIORIN, 2008, p. 25). É com base nessa categoria bakhtiniana que será feita a análise do objeto deste trabalho, conforme a seguir.

O método usado neste trabalho é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e a técnica de análise é a análise do discurso.

5. Análise do livro de leitura ‘Primeiro guia de leitura’: o trabalho e a pátria

O livro de leitura ‘Primeiro Guia de Leitura’, da série ‘Ler’, é composto de 26 lições. Neste trabalho, é analisada a 8ª. edição, publicada em 1956 pelo então Departamento Nacional de Educação, sediado no Rio de Janeiro, editado pela Gráfica Muniz S/A, com distribuição gratuita para todo o território nacional. A primeira edição foi publicada em 1947. Trata-se de um manual de série graduada de leitura, destinado às séries iniciais.

O gênero constitui, na primeira parte, conteúdos relacionados à alfabetização com base no método analítico, e na segunda, conteúdos de cunho instrutivo e formativo. Trata-se, portanto, de um modelo de livro de leitura, cujo conteúdo utilizado é voltado tanto para instruir sobre assuntos da vida (saúde etc.) como para ensinar valores morais e cívicos orientados para a formação do caráter.

Na 10ª. lição (pág. 24)⁶, intitulado ‘Já sei ler’, já se diz qual a importância de se aprender a ler: “poderei ler para aprender como se conserva a saúde, como se ganha mais dinheiro, como se pode manter uma casa, como se encaminha um negócio, como se ajuda a pátria, como se pode ser mais feliz com a família”.

Note-se algumas categorias valorizadas neste enunciado: saúde, trabalho, família e pátria. Desde já, se faz perceber as ideologias dominantes que atravessam o discurso, o qual está impregnado de vozes institucionais que têm como principais bandeiras o desenvolvimentismo e o nacionalismo.

Em razão da limitação do espaço e do tempo, analisaremos apenas as categorias trabalho (lição 22, pág. 26) e Pátria (lição 26, pág. 29).

Na lição 22, ‘O trabalho’, vê-se um discurso que se constitui de enunciados historicamente situados na Era Vargas. As ideologias dominantes perpassam pelo texto como um todo. Faz-se ouvir vozes que definem as posições sociais. Percebe-se que o discurso é atravessado por várias vozes cruzadas que legitimam o contrato entre o capital e o trabalho, o tecnicismo, a produção, a industrialização, a mais valia etc.

As ideologias da “Guerra Fria” estão em concorrência neste texto, contraponto valores. O discurso revela duas posições: há uma voz que se posiciona a favor do capitalismo a qual se relaciona de forma polêmica com outra voz que defende o socialismo. Há, portanto, uma relação dialógica polêmica entre as duas posições sociais que tem uma dimensão

⁶ Todas as lições mencionadas no trabalho constam no anexo.

político-ideológica. Nessa relação de poder, o discurso dominante do Estado Brasileiro é quem impõe sua ideologia capitalista.

No parágrafo 8º. emerge o discurso oficial de promoção de políticas públicas do protecionismo manifestado por meio de leis trabalhistas. O discurso, então, é tecido por fios ideológicos que sustentam a posição do governo como promotor de bem-estar social, posto que, “o trabalhador é protegido pelas nossas leis e não pode ser explorado”. Esse bem-estar também é constituído pelo discurso ideológico que faz apologia à democracia e à liberdade enunciadas no parágrafo 9º. (“homens livres e conscientes”), e à mais valia (parágrafos 1 – “O homem que tem saúde e não trabalha nada vale” e 10 – “Quem trabalha vale e, e se bem trabalha, faz-se respeitar”), colocando sempre em contraponto o capitalismo (anticomunismo) e o socialismo.

No discurso enunciado no último parágrafo, o sujeito reproduz uma voz social (“Deus ajuda quem cedo madruga”), parafraseando-a (“Deus ajuda quem trabalha”) para atender a sua posição ideológica.

A lição 25 se intitula ‘Nossa Pátria’. Os enunciados presentes nesta lição se constituem em relação a enunciados da década de 40, em que a posição institucional preconizava uma educação escolar centrada no patriotismo. A ideologia dominante é, então, o nacionalismo, por meio do qual se defende “um ensino patriótico por excelência” que possibilite a compreensão “da missão, dos ideais da nação”, capaz de “criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem e seu destino” (Gustavo Capanema).

Note-se que o discurso atravessa a década de 40 e vem constituir outro discurso, o discurso dominante, que representa a posição do Estado.

Nesse texto, também se faz notar as ideologias da religião dominante (“todos sentimos que temos as mesmas coisas a defender: o nosso território, o nosso passado, **as nossas crenças**⁷, a nossa Bandeira” (8º parágrafo)) que tinha uma grande atuação sobre a vida nacional por meio das escolas paroquiais.

6. Considerações finais

Esta pesquisa tencionou fazer uma breve análise da polifonia no livro escolar de leitura ‘Primeiro Guia de Leitura, de 1956. Portanto, não houve a pretensão de fazer uma análise exaustiva do tema. Com certeza, o trabalho precisa ser aprofundado e mais bem situado teoricamente.

Contudo, pela análise discursiva feita, pôde-se perceber que a educação se revelou, nessa época (e ainda o faz hoje) como um instrumento a serviço das ideologias dominantes.

As vozes que atravessam os discursos presentes no gênero sob análise nos permitem perceber que há uma posição social ideológica que prevaleceu nesse contexto sócio-histórico, aquela que preconizava que o desenvolvimento da sociedade se ancorava no desenvolvimento econômico do país, de base capitalista. Neste sentido, os dados mostram que a produção didática da década de 50 aponta para a escola como uma instituição mercantilista, norteadas pela pedagogia tecnicista do produtivismo. A instituição educacional oficial parecia estar, portanto, a serviço do desenvolvimentismo que sustentava, entre outras coisas, o progresso, a reconstrução nacional e o nacionalismo. Neste sentido, a produção didática deste período constituiu um instrumento de controle do Estado Brasileiro.

⁷ Grifo meu

Os dados comprovam a tese de Bakhtin de que os discursos são atravessados por outros discursos, posto que, o livro analisado trata de categorias muito presentes na Era Vargas, (1930 a 1945) tais como ‘trabalho’ e ‘patriotismo

Por limitação de espaço e de tempo, não foi possível aprofundar a análise. Contudo, o trabalho se mostra importante no sentido de revelar que os discursos construídos no livro sob análise são a partir de discursos que legitimam, nas relações de poder, as ideologias dominantes, ou seja, as ideologias do Estado Brasileiro.

Referências

ANDREOTTI, Azilve Lina. **A administração escolar na Era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584 102. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/Especial/Final/art8_22e.pdf. Acesso em 15/02/2012

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. **Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956)**. Revista Brasileira de Educação. N. 20. Rio de Janeiro. Maio/ago 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 28/02/2012

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 5ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução do Russo por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2009

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso**. In. Faraco et. al. (org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba-PN: UFPN, 1996

CLARK, Katerina. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html. Acesso em 15/02/2012

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. **Educação e Nacional-desenvolvimentismo no Brasil**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html. Acesso em 01/02/2012

POLIGNANO, Marcos Vinícius. **História das política de saúde no Brasil: uma pequena revisão**. Disponível em: <ftp://ftp.medicina.ufmg.br/internatorural/arquivos//mimeo-23p.pdf>. Acesso em 15/01/2012

ANEXO



Já sei ler

Já sei ler!

Posso entender qualquer palavra escrita.

E estou por isso muito contente.

Pudera! sinto-me como um cego a quem tivesse voltado a vista.

Todos os segredos da vida estão escritos. Agora poderei conhecê-los.

Poderei ler para aprender como se conserva a saúde, como se ganha mais dinheiro, como se pode manter uma casa, como se encaminha um negócio, como se ajuda a pátria, como se pode ser mais feliz com a família.

Todos os dias lerei alguma coisa, e, assim, poderei educar-me a mim mesmo.

Lerei o que está escrito sobre coisas verdadeiras e boas. A verdade é poderosa. Conhecendo a verdade, serei melhor e mais livre.

Vou ensinar alguém a ler como me ensinaram a mim.

Esse alguém terá o mesmo contentamento que tenho agora.

A saúde

Grande riqueza é a saúde.

Sem a saúde nada valemos.

Conservar a saúde deve ser, por isso, o nosso primeiro cuidado.

Para conservar a saúde é preciso uma vida ativa, mas bem ordenada.

Preste atenção a estas regras:

Dormir oito horas cada noite, em quarto bem ventilado.

Comer a horas certas, mastigando bem cada bocado.

Beber água pura, filtrada ou fervida. Muitas moléstias são trazidas pela água contaminada.

Evitar o álcool. O álcool é um terrível veneno.

Manter o maior asseio no corpo e na casa.

Acabar com as moscas, mosquitos e piolhos, que também nos trazem moléstias.

Sem saúde nada valemos.

O trabalho

O homem que tem saúde e não trabalha nada vale.

E' um parasita. Quer dizer: vive do esforço dos outros, consome e não produz.

O dever de cada um de nós é trabalhar.

Trabalhar para o nosso bem-estar e de nossa família.

Trabalhar para que aumente a produção de nossas lavouras.

Trabalhar para que nossas fábricas produzam mais e melhor.

Onde todos trabalham, a vida se torna mais fácil e há menos pobreza.

O trabalhador é protegido pelas nossas leis e não pode ser explorado, mas para isso deve saber cumprir os seus deveres.

Para homens livres e conscientes o trabalho não é um castigo. E' uma necessidade e um bem.

Quem trabalha vale e, se bem trabalha, faz-se respeitar.

Deus ajuda a quem trabalha.

A família

Numa casa onde haja saúde e trabalho, é um prazer ver a família reunida.

Todos conversam alegremente. Sentem prazer em contar o que se passa. Os mais moços buscam conselho com os mais velhos. E todos se ajudam uns aos outros.

Pai, mãe, irmãos — todos têm vivido juntos, todos se têm alegrado juntos ou sofrido juntos. Isso faz a união da família.

Embora cada um tenha um nome diferente, todos têm o mesmo sobrenome.

Estão ligados pelo sangue e estão ligados para as alegrias e para os sofrimentos naturais da vida.

O homem de bem ama a sua família. Tudo faz para o bem-estar dela. Procura educar os filhos e encaminhá-los para uma vida reta.

Uma vida reta se consegue com: amor ao trabalho, desejo de ordem e de paz, e compreensão dos deveres que temos uns para com os outros.

O cacho de uvas

Um companheiro de trabalho deu a Antônio um cacho de uvas.

Estavam lindas! Faziam água na boca.

Mas Antônio pensou que sua mulher gostaria de saborear aquelas frutas e guardou-as para ela.

A mulher agradeceu, muito alegre com essa atenção do marido.

Mas não as chupou. Pensou no filho mais velho que já trabalhava, e guardou-as para ele, quando chegasse.

O filho mais velho agradeceu, e pensou que a sua irmãzinha teria prazer em saborear as uvas. Guardou-as para ela.

Ao receber o cacho de uvas, na manhã seguinte, a menina pensou no pai. E as foi levar ao pai.

O pai sorriu contente, e levantou uma prece a Deus por aquela união na família.

Distribuiu por igual aquelas uvas a todos.

E todos acharam nelas o sabor da felicidade.

Nossa pátria

Bela coisa é a união na família.

Bela é também a união das famílias no bairro, na fazenda, na cidade.

Mais bela ainda é a união de todos na pátria.

A pátria é a união de todas as pessoas de um país. Não é ninguém em particular. São todos. Eu, você, o nosso vizinho, o mais rico e o mais pobre, o mais forte e o mais fraco.

Nossa pátria é o Brasil.

Todos falamos a mesma língua.

Todos temos os mesmos costumes.

Todos sentimos que temos as mesmas coisas a defender: o nosso território, o nosso passado, as nossas crenças, a nossa Bandeira.

A pátria é como uma grande família.

O povo que compreende a sua união para a paz e o progresso é feliz.

Nossa pátria é o Brasil.